

Atividade: Mesa-Redonda (MR-205)

Título: RIO+20: CONSEQÜÊNCIAS DO ALCANCE LIMITADO DA ECONOMIA VERDE PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Instituição Proponente: ECOECO

Coordenador: Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti (FUNDAJ)

Participantes: Joseph Samson Weiss (UnB), Adriana Ramos (ISA) e Gonzalo Enrique Vásquez Enríquez (UFPA)

Dia/Hora: 26/7/2012 - das 15h30 às 18h00

Local: Núcleo de Esportes - Mini-Auditório1

Resumo

O período compreendido entre a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, e a Rio+20 caracterizou-se pela emergência do tema ambiental, incorporada no debate sobre o desenvolvimento sob a perspectiva da sustentabilidade. No Brasil, essa abordagem é marcada também pelo socioambientalismo, substituindo uma perspectiva meramente preservacionista para constituir-se como modelo de desenvolvimento baseado no uso sustentável dos recursos naturais, com inclusão social.

No entanto, o estabelecimento de importantes instrumentos de política ambiental nesse período contrasta com a baixa permeabilidade das políticas setoriais às questões ambientais. O discurso foi incorporado, mas a prática ainda está distante da realidade. Os impasses na implementação das Convenções de Mudanças Climáticas e da Biodiversidade residem justamente na ausência de mecanismos de governança que possam incidir sobre decisões econômicas, subordinando-as a questões ambientais e sociais.

Alguns mecanismos de mercado desenvolvidos no período, como a certificação, buscam fomentar negócios sustentáveis, como alternativas mais sustentáveis, no que seria um ensaio de uma Economia Verde, mas esbarram em limitações objetivas. A atual crise do sistema financeiro é um desses entraves, que retrocede na priorização das questões econômica e social, relegando mais uma vez a questão ambiental ao terceiro plano.

Outro entrave ao desenvolvimento sustentável no Brasil está no sistema político, cuja lógica de representação de interesses não permite desenvolver mecanismos de valorização do patrimônio ambiental. Com isso, mantém-se desleal concorrência com o alto nível de ilegalidade presente nas diversas atividades econômicas desenvolvidas com base no uso de recursos naturais, agravada pela baixa implementação da legislação ambiental e a baixa capacidade de monitoramento e controle por parte dos órgãos públicos.

A alta expectativa do setor empresarial de que a abordagem da sustentabilidade pode ser lucrativa, em função da promoção de “negócios sustentáveis” também contribui com a baixa adesão a modelos mais sustentáveis, uma vez que, na prática, há necessidade de

investimentos de médio e longo prazo antes de tornar lucrativas as iniciativas mais sustentáveis. Essas iniciativas tampouco são reconhecidas em seu diferencial, uma vez que as políticas de desenvolvimento não incorporam a variável da sustentabilidade, o que é evidente na opção de medição do desenvolvimento exclusivamente pelo PIB.

Enquanto as iniciativas mais sustentáveis enfrentam grandes limitações, o “Greenwashing” – ou maquiagem verde – compensa. Muitas empresas tem se beneficiado de ações de marketing verde sem precisar se comprometer com práticas efetivamente mais adequadas.

No Brasil, são evidentes as medidas que apontam para um retrocesso recente nas legislações e políticas socioambientais. A implementação do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento tem liderado uma série de decisões que desconsideram e desconstruem a legislação ambiental, em especial no que diz respeito ao licenciamento ambiental. Do mesmo modo, sob a justificativa de viabilizar as obras do PAC, unidades de conservação têm sido reduzidas. As alterações no Código Florestal e as iniciativas que restringem direitos territoriais indígenas e quilombolas completam esse quadro de retrocessos.

Nesse contexto, a Rio+20 já nasceu com baixíssima probabilidade de gerar compromissos efetivos dos países. Sua pauta contribuiu para o enfraquecimento da agenda “ambiental”, ao reafirmar as questões sociais e econômicas como prioridades, e ainda cumpriu um papel determinante na limitação da incidência da sociedade civil nos debates formais, instituindo um modelo de participação da sociedade “mediado” pelo governo anfitrião, desconsiderando a articulação da sociedade civil na Cúpula dos Povos como a legítima voz da sociedade no processo.

As poucas expectativas positivas em torno da agenda da Conferência, quais sejam, a abertura do debate sobre governança global e a ampliação de alguns debates específicos, como o relativo à métrica de desenvolvimento e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, não avançaram, sendo remetidos a outros fóruns para desenvolvimento e decisão. Do mesmo modo, a fundamental discussão sobre Energia, proposta por segmentos da sociedade sob a perspectiva da taxaço de combustíveis fósseis, não ganhou espaço na Conferência oficial.

O grande legado positivo da Rio+20 foi mesmo a visibilidade para o tema junto à opinião pública brasileira. Essa visibilidade, entretanto, foi permeada por sinais trocados, oriundos de uma forte apropriação da agenda da sustentabilidade por grandes empresas e por sinais trocados e contraditórios do governo brasileiro. Ao tempo em que o Código Florestal era destituído de valor e de conteúdo no Congresso Nacional com o beneplácito do governo federal, e enquanto a construção de hidrelétricas na Amazônia desconsideram direitos indígenas e boas práticas de sustentabilidade, o governo brasileiro pousou de liderança do desenvolvimento sustentável durante a Cúpula. O slogan escolhido pelo governo para o evento, “Crescer, Incluir, Proteger”, entretanto, é bastante significativo da defasagem entre as expectativas sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, e um modelo que reduz a questão ambiental à proteção da natureza, que limita o

desenvolvimento à lógica do crescimento, e que enxerga a inclusão pelo consumo e não pela cidadania e pelos direitos.

Nesse quadro, a Cúpula dos Povos, focada na abordagem contrária à mercantilização da vida, pouco pôde incidir na conformação do senso comum sobre o desenvolvimento sustentável. O que já era uma tarefa árdua, a de conscientizar a sociedade sobre os limites do crescimento e a necessidade da mudança nos padrões de produção e consumo, ficou ainda mais difícil depois do convencote da Rio+20.